

# Sarney: dívida ainda não foi solucionada

BRASÍLIA — No discurso de abertura da reunião do Conselho de Segurança Nacional, convocada para que fosse anunciado oficialmente o fim da moratória, o Presidente José Sarney reconheceu que o problema da dívida externa não foi solucionado com os acordos a serem assinados hoje pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

Apesar dos entendimentos obtidos, o Presidente alertou seus ministros para a necessidade de medidas imprevisíveis capazes de resolver a questão da dívida a longo prazo em termos de interesse recíproco de devedores e credores. Sarney advertiu que se o País permanecer na condição de devedor líquido de capital será conduzido a um colapso de dimensões imprevisíveis, tanto para devedores quanto para credores.

No discurso, o Presidente afirmou que jamais incentivou a formação de um cartel de devedores e nunca tomou qualquer medida que pudesse ser interpretada como motivação para um cartel. Por isso Sarney entendeu ser necessário reivindicar que os parceiros credores do País também não atuem como cartel. Sarney disse esperar que os credores do Brasil não busquem soluções predicadas na força ou na imposição.

Defendendo uma solução de longo



**Presidente diz aos Ministros, no CSN, que se o País continuar devedor líquido a economia entrará em colapso**

prazo para a dívida, sem emocionalismo e sem preconceitos ideológicos ou doutrinários de qualquer espécie, Sarney exortou a comunidade internacional a dar mostras de que comprehende os gestos que o Brasil vem fazendo para um acerto definitivo em torno da dívida externa.

Depois do pronunciamento do Presidente José Sarney, já na parte secreta da reunião, o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, fez um longo relato sobre a negociação da dívida externa, afirmando que foi

difícil, mas que o Brasil obteve um bom acordo, inclusive melhor do que o firmado por outros devedores, como Argentina e México. O Ministro destacou algumas inovações que o Governo conseguiu: a impenhorabilidade dos bancos brasileiros no exterior e a adoção no contrato da teoria jurídica da imprevisão, pela qual o Governo poderá voltar a renegociar o acordo em caso de dificuldades e imprevistos na economia interna.

Mailson disse que foi obtido com os bancos privados um rescalona-

mento de 20 anos, com oito anos de carência. Nesse ponto, comparou com o feito pelo México: 17 anos de pagamento e sete anos de carência. O acordo prevê ainda recursos novos de US\$ 5,2 bilhões, sendo que US\$ 4 bilhões serão liberados logo, não precisando, para isso, de vinculação com o FMI. Já o restante poderá ser dispensado do aval do Fundo, se 85% dos bancos forem a favor. Mailson informou também aos Ministros sobre o acordo já celebrado com o FMI, que já concedeu ao País um crédito de US\$ 1,5 bilhão até 1989.